

<u>Número de informação</u>	<u>Índice</u>	<u>Página</u>
	I <i>Comunicações</i>	
	Comissão	
2001/C 272/01	Taxas de câmbio do euro	1
2001/C 272/02	Auxílios estatais — Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 44/2001 (ex NN 147/98) — Auxílio a favor da Technische Glaswerke Ilmenau GmbH — Alemanha ⁽¹⁾	2
2001/C 272/03	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2608 — INA/ /FAG) ⁽¹⁾	11
2001/C 272/04	Notificação prévia de uma operação de concentração (Processo COMP/M.2562 — Bertelsmann/France Loisirs) — Processo susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento simplificado ⁽¹⁾	12
2001/C 272/05	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2560 — APAX/MPM) ⁽¹⁾	13
2001/C 272/06	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2422 — Hapag-Lloyd/Hamburger Hafen- und Lagerhaus/HHLA-CT) ⁽¹⁾	13
2001/C 272/07	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2539 — EQT Northern Europe/Duni) ⁽¹⁾	14
2001/C 272/08	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2401 — Industri Kapital/Telia Enterprise) ⁽¹⁾	14
2001/C 272/09	Não oposição a uma operação de concentração notificada (Processo COMP/M.2300 — YLE/TDF/Digita/JV) ⁽¹⁾	15

I

(Comunicações)

COMISSÃO

Taxas de câmbio do euro ⁽¹⁾**26 de Setembro de 2001***(2001/C 272/01)*

1 euro	=	7,4362	coroas dinamarquesas
	=	9,92	coroas suecas
	=	0,6255	libra esterlina
	=	0,9219	dólares dos Estados Unidos
	=	1,4475	dólares canadianos
	=	108,62	ienes japoneses
	=	1,4795	francos suíços
	=	8,051	coroas norueguesas
	=	93,23	coroas islandesas ⁽²⁾
	=	1,8575	dólares australianos
	=	2,254	dólares neozelandeses
	=	8,142	randes sul-africanos ⁽²⁾

⁽¹⁾ Fonte: Taxas de câmbio de referência publicadas pelo Banco Central Europeu.

⁽²⁾ Fonte: Comissão.

AUXÍLIOS ESTATAIS**Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 44/2001 (ex NN 147/98) — Auxílio a favor da Technische Glaswerke Ilmenau GmbH — Alemanha**

(2001/C 272/02)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Por carta de 3 de Julho de 2001, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à República Federal da Alemanha a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente às medidas de auxílio acima mencionadas.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações relativamente às medidas de auxílio em relação às quais a Comissão deu início ao procedimento no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção H
Rue de la Loi/Wetstraat 200
B-1049 Bruxelas
Fax: (32-2) 296 98 16.

Estas observações serão comunicadas à República Federal da Alemanha. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

RESUMO**ASPECTOS PROCESSUAIS**

Em 4 de Abril de 2000, a Comissão deu início ao processo de investigação formal relativo à derrogação de um preço de compra de 4 000 000 de marcos alemães a favor da Technische Glaswerke Ilmenau GmbH («TGI») e instou a Alemanha a apresentar as informações necessárias para determinar se o auxílio de cerca de 19,1 milhões de marcos alemães (9,8 milhões de euros) é compatível com os regimes de auxílio aprovados. Em 5 de Julho de 2000, a Alemanha deu cumprimento a esta injunção, fornecendo a documentação solicitada. Em 7 de Novembro de 2000 realizou-se uma reunião com as autoridades alemãs. Em 1 de Março de 2001 foram recebidas informações adicionais.

DESCRIÇÃO

A TGI opera no sector dos artefactos de vidro técnico, vidro de laboratório, artigos de vidro para uso doméstico, visores, tubos e varetas. Situa-se em Thüringen, região elegível para auxílio em conformidade com o n.º 3, alínea a), do artigo 87.º do Tratado CE. Em 1997, a companhia tinha 226 empregados e um volume de negócios de 28 048 000 marcos alemães (14 341 000 euros).

A companhia foi criada em 1994 com o objectivo de assumir o controlo de quatro das 12 linhas de produção da antiga Ilmenauer Glaswerke GmbH, uma empresa cuja única proprietária, a Treuhandanstalt, decidira liquidar em 1994. A venda das quatro linhas de produção foi efectuada por meio de duas transacções de activos em 1994 e 1995.

O único accionista principal e gerente da companhia é também o único accionista e gerente de duas outras companhias activas em mercados relacionados com as actividades da TGI: Laborbedarf Stralsund GmbH e Paul F. Schröder & Co. Technische Glaswaren (GmbH & Co.) («PSF»). A Laborbedarf Stralsund tinha dois empregados em 1997 e cessou actividade em 1999. A PSF tinha 74 empregados em 1997. Foi declarada falida em 2000.

As três primeiras linhas de produção foram vendidas à TGI em Setembro de 1994 por 5 800 000 marcos alemães (2 970 000 euros). No contexto desta primeira transacção de activos, a TGI recebeu auxílio estatal no valor de 43 400 000 marcos alemães (22 190 000 euros).

A quarta linha de produção foi vendida à TGI em Dezembro de 1995 por 50 000 marcos alemães (25 565 euros). No contexto desta segunda transacção de activos, a TGI recebeu auxílio no valor de 8 925 000 marcos alemães (4 563 000 euros). A segunda transacção de activos não teve efeito até Fevereiro de 1998 dado não ter sido fornecida garantia bancária pela TGI.

A TGI enfrentou problemas de liquidez desde a sua criação e esteve em grandes dificuldades no final de 1997. A Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben («BvS»), o Estado federal de Thüringen e o accionista principal adoptaram uma acção concertada para restaurar a viabilidade da companhia.

No âmbito da acção concertada, a BvS concordou numa remissão de 4 000 000 de marcos alemães (2 045 000 euros) do preço de compra. Esta remissão está sujeita ao procedimento C 19/2000 e não será avaliada no presente procedimento.

Além disso, a garantia bancária para os restantes 1 800 000 marcos alemães (920 325 euros) do preço de compra foi alterada para dívida hipotecária de baixa prioridade. Foi ainda concedido um empréstimo de 2 000 000 de marcos alemães (1 023 000 euros) pelo Thüringer Aufbaubank ao abrigo dos Konsolidierungsfonds — um regime de auxílio para empresas em dificuldades. De acordo com as últimas informações apresentadas, o pagamento de 1 800 000 marcos alemães (920 325 euros) do preço de compra originalmente devido no final de 1999 foi adiado para ser pago a partir de 2003.

APRECIACÃO

A companhia beneficiou de medidas financeiras do fundo público. Dado que nenhum investidor privado as teria concedido a uma empresa em dificuldades, a situação coloca a TGI em vantagem relativamente aos seus concorrentes, o que distorce a concorrência; afecta as transações entre os Estados-Membros, já que os produtos em questão são largamente comercializados. Consequentemente, as medidas financeiras do fundo público são auxílios estatais na acepção do n.º1 do artigo 87.º.

A Comissão interroga-se se a empresa em questão poderia ser maior do que a TGI. O principal accionista e gerente da TGI é também o único accionista e gerente da PFS. Considerando-as conjuntamente, a TGI e a PFS excedem o limiar de 250 efectivos estabelecido pela recomendação da Comissão relativamente à definição de pequenas e médias empresas.

A alteração da garantia bancária para dívida hipotecária de baixa prioridade constitui auxílio estatal porque a dívida hipotecária é de valor inferior ao da garantia bancária. O adiamento do pagamento envolve também um elemento de auxílio, uma vez que implica vantagens que um credor privado não teria concedido a uma companhia em dificuldades. Consequentemente, as duas medidas têm de ser consideradas como novo auxílio, sendo abrangidas pelo disposto no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado CE que estipula a apreciação destes casos, e pelas directrizes comunitárias sobre os auxílios estatais de emergência e à reestruturação de empresas em dificuldades.

Dado a Comissão não poder excluir a hipótese de o beneficiário do auxílio poder não ser considerado uma PME, não tem meios para concluir que o empréstimo do Thüringer Aufbaubank seja abrangido pelo regime relevante. O regime exige uma notificação individual caso o auxílio seja atribuído a uma grande empresa. Além disso, as restantes condições do regime são idênticas às definidas nas directrizes comunitárias sobre os auxílios estatais de emergência e à reestruturação de empresas em dificuldades. A Comissão duvida que sejam preenchidos os critérios das referidas directrizes: até ao momento não foi apresentado qualquer plano de reestruturação exequível, a viabilidade é duvidosa, não há contribuição de investimento privado e a implementação do plano de reestruturação não é credível, dada a lacuna no financiamento. Consequentemente, o empréstimo de 2 000 000 de marcos alemães (1 023 000 euros) concedido pelo Thüringer Aufbaubank não parece inserir-se no regime de auxílio aprovado ao abrigo do qual teria sido alegadamente concedido. Do que precede decorre que terá de ser considerado como novo auxílio, devendo ser analisado no âmbito do disposto no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do

Tratado CE e das directrizes comunitárias sobre os auxílios estatais de emergência e à reestruturação de empresas em dificuldades.

A Comissão duvida que o novo auxílio, ou seja, a alteração dos valores mobiliários e o adiamento do pagamento relativo ao preço de compra, bem como o empréstimo do Thüringer Aufbaubank, seja compatível com o mercado comum, pelo que dá início ao procedimento em aplicação do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE. De acordo com o referido procedimento, a Comissão insta a Alemanha a fornecer toda a documentação, informações e dados necessários à análise da compatibilidade do auxílio com o mercado comum.

Nos termos do artigo 14.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

CARTA

«Sehr geehrter Herr Bundesminister,

die Kommission teilt Deutschland mit, dass sie nach Prüfung der von den deutschen Behörden übermittelten Informationen zu der vorerwähnten Beihilfe beschlossen hat, das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag zu eröffnen.

I. VERFAHREN

- (1) Deutschland notifierte der Kommission gemäß Artikel 88 Absatz 3 EG-Vertrag mit Schreiben vom 1. Dezember 1998, dessen Eingang am 4. Dezember 1998 registriert wurde, Umstrukturierungsmaßnahmen zugunsten der Technischen Glaswerke Ilmenau GmbH („TGI“). Da die Beihilfen bereits ausgezahlt worden waren, wurden die Maßnahmen unter der Nummer NN 147/98 registriert. Die Kommission ersuchte Deutschland mit Schreiben vom 23. Dezember 1998 und 29. März 1999 um ergänzende Auskünfte, die ihr mit Schreiben vom 18. Februar 1999, eingegangen am 19. Februar 1999, und 31. Mai 1999, eingegangen am 1. Juni 1999, erteilt wurden. Mit Schreiben vom 15. Dezember 1999, eingegangen am 20. September 1999, 4. Oktober 1999, eingegangen am 5. Oktober 1999, und 29. Oktober 1999, eingegangen am 3. November 1999, übermittelte Deutschland noch weitere Auskünfte.
- (2) Mit Schreiben vom 4. April 2000 teilte die Kommission Deutschland ihren Beschluss mit, wegen des Verzichts auf eine Kaufpreisforderung von 4 Mio. DEM das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag einzuleiten. Gleichzeitig wurde Deutschland aufgefordert, ausreichende Auskünfte und Daten zu übermitteln, damit die Kommission feststellen konnte, ob Investitionskredite der Kreditanstalt für Wiederaufbau („KfW“) in Höhe von 17,1 Mio. DEM und ein Darlehen in Höhe von 2 Mio. DEM aus dem Thüringer Konsolidierungsfonds mit den Konditionen der von der Kommission genehmigten Beihilferegelungen, in deren Rahmen sie angeblich gewährt worden waren, vereinbar waren (1).

(1) ABl. C 217 vom 29.7.2000, S. 10.

- (3) Mit Schreiben vom 3. Juli 2000, eingegangen am 7. Juli 2000, reagierte Deutschland auf die Eröffnung des Verfahrens und die Anordnung zur Auskunftserteilung. Am 7. November 2000 fand eine Sitzung mit Vertretern der deutschen Behörden statt. Mit Schreiben vom 27. Februar 2001, eingegangen am 1. März 2001, übermittelte Deutschland weitere Informationen.
- (4) Der Kaufpreisverzicht ist Gegenstand des Verfahrens C 19/2000 und wird im Rahmen des vorliegenden Verfahrens nicht gewürdigt.

II. AUSFÜHRLICHE BESCHREIBUNG

2.1 Der Beihilfeempfänger

- (5) Die Technische Glaswerke Ilmenau hat ihren Sitz in Ilmenau in Thüringen, einem Fördergebiet nach Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag. Sie wurde 1994 von zwei, Herr und Frau Geiß, mit dem Ziel der Übernahme von vier der zwölf Produktionslinien der Ilmenauer Glaswerke GmbH („IGW“) gegründet, deren Liquidierung die Treuhandanstalt („THA“) als alleiniger Eigentümer 1994 beschlossen hatte. Die verbleibenden acht Produktionslinien wurden stillgelegt und abgebaut.
- (6) TGI ist in den Produktfeldern technisches Glas, Laborglas, Hauswirtschaftsglas, Schauglas, Röhren und Stäbe tätig. 1997 beschäftigte TGI 226 Mitarbeiter und erzielte einen Umsatz von 28 048 000 DEM.
- (7) Der Hauptgesellschafter (99 % der Anteile) und Geschäftsführer von TGI, Herr Geiß, war auch alleiniger Gesellschafter und Geschäftsführer von zwei anderen an demselben Markt wie TGI tätigen Gesellschaften:
- Laborbedarf Stralsund GmbH („LS“) in Güstrow, Mecklenburg-Vorpommern und
 - Paul F. Schröder & Co. Technische Glaswaren (GmbH & Co.) („PFS“) in Ellerau in der Nähe von Hamburg.
- (8) Während LS nur zwei Mitarbeiter zählte, hatte PFS 74 Mitarbeiter und erzielte 1997 einen Umsatz von 9 711 000 DEM. LS stellte 1999 seine Geschäftstätigkeit ein. PFS meldete im Januar 2000 Konkurs an.

2.2 Frühere Finanzmaßnahmen

- (9) Der Verkauf der vier Produktionslinien („Wannen“) der IGW an TGI erfolgte im Rahmen zweier Asset-deals.

2.2.1 Asset-deal 1 (Vertrag vom 26. September 1994)

- (10) Im September 1994 wurden nach ergebnislosen Verhandlungen mit anderen potentiellen Investoren die ersten drei Produktionslinien an TGI verkauft. Dieser Verkauf wurde abschließend von der THA, dem alleinigen Gesellschafter der IGW, im Dezember 1994 genehmigt.
- (11) Der Kaufpreis belief sich auf insgesamt 5 800 000 DEM und sollte in drei Raten bis Ende 1999 gezahlt werden.

Die Zahlung wurde durch eine Grundschild in Höhe von 4 000 000 DEM und eine Bankbürgschaft von 1 800 000 DEM gesichert. Letztere wurde ihrerseits durch Rückbürgschaften und Festgeldanlagen gesichert.

- (12) Im Rahmen dieses Asset-deals gewährte Deutschland die nachstehenden Maßnahmen in Höhe von 58 500 000 DEM:

Maßnahme	Betrag (DEM)
Investitionskredite der Kreditanstalt für Wiederaufbau	17 000 000
Investitionszuschüsse (GA-Mittel)	6 750 000
Investitionszulagen	1 150 000
BvS-Zuschüsse	16 500 000
THA/BvS-Zuschüsse für Verlustausgleich	17 000 000
Insgesamt	58 500 000

- (13) Abgesehen von den Investitionskrediten der Kreditanstalt für Wiederaufbau („KfW“) in Höhe von 17 100 000 DEM, Investitionszuschüssen und Investitionszulagen in Höhe von 7 900 000 DEM erhielt TGI von der Bundesanstalt für vereinigungsbedingte Sonderaufgaben („BvS“) Zuschüsse für die Umstrukturierung einer Pilotanlage in Höhe von 16 500 000 DEM und THA/BvS-Zuschüsse zum Ausgleich von Verlusten für die Jahre 1994 bis 1997 in Höhe von 17 000 000 DEM.

2.2.2 Asset-deal 2 (Vertrag vom 11. Dezember 1995)

- (14) Im Dezember 1995 wurde die vierte Produktionslinie an TGI verkauft, da kein anderer Investor gefunden werden konnte. Der Kaufpreis belief sich auf 50 000 DEM.
- (15) Im Rahmen dieses Asset-deals gewährte Deutschland die nachstehenden Maßnahmen in Höhe von insgesamt 8 925 000 DEM durch:

Maßnahme	Betrag (DEM)
Investitionszulagen	425 000
TAB-Darlehen aus dem Konsolidierungsfonds	2 000 000
BvS-Zuschüsse für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie	4 000 000
BvS-Investitionszuschüsse	1 000 000
THA/BvS-Zuschüsse für Verlustausgleich	1 500 000
Insgesamt	8 925 000

- (16) Abgesehen von Investitionszulagen in Höhe von 425 000 DEM und einem Darlehen der Thüringer Aufbaubank („TAB“) in Höhe von 2 000 000 DEM erhielt TGI BvS-Zuschüsse für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie in Höhe von 4 000 000 DEM, BvS-Investitionszuschüsse von 1 000 000 DEM und THA/BvS-Zuschüsse zum Ausgleich von Verlusten für die Jahre 1996 bis 1998 in Höhe von 1 500 000 DEM.

(17) Für den Asset-deal 2 musste TGI eine Bankbürgschaft beibringen. Da diese ausblieb, blieb dieser Asset-deal bis Februar 1998 unwirksam.

2.3 Der Umstrukturierungsplan und die Finanzmaßnahmen

(18) Nach Angaben Deutschlands begannen die Schwierigkeiten für TGI wegen des um ein halbes Jahr verzögerten Investitionsbeginns, weil die THA den Asset-deal 1 erst im Dezember 1994 genehmigte.

(19) Daher konnte mit den Investitionen erst im April 1995 begonnen werden, während TGI von einem Investitionsbeginn im vierten Quartal 1994 ausgegangen war. Dies hatte zur Folge, dass sich die weiteren Investitionen verzögerten.

(20) Außerdem konnte TGI nicht rechtzeitig die für die Durchführung des Asset-deals 2 geforderte Bürgschaft nachweisen. Dies wiederum hatte zur Folge, dass die BvS ihre Zuschüsse für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie in Höhe von 4 000 000 DEM nicht zur Verfügung stellte, so dass die erforderlichen Investitionen nicht durchgeführt werden konnten. Da TGI im Übrigen seit Beginn unter einem ständigen Liquiditätsmangel litt, drohte das gesamte Projekt zu scheitern und die Liquidität von TGI war 1997 nahezu erschöpft.

(21) Zur Wiederherstellung seiner Lebensfähigkeit war TGI gezwungen, das Liquiditätsproblem zu lösen und Kapital und Rücklagen zu bilden. Zu diesem Zweck beschlossen die BvS, das Land Thüringen und der Privatinvestor im Februar 1998 eine konzertierte Aktion.

(22) Deutschland übermittelte zusammen mit seiner Anmeldung den nachstehenden Umstrukturierungsplan. Für die Umstrukturierung war der Zeitraum 1998 bis 2000 vorgesehen:

Finanzbedarf	Betrag (DEM)
Kaufpreis	5 800 000
Umstrukturierung der vierten Produktionslinie	4 000 000
Investitionen (vierte Produktionslinie)	6 000 000
Vorhaben zur Steigerung der Produktivität	1 500 000
Generalüberholung	3 000 000
Verbindlichkeiten gegenüber Lieferanten aus dem Jahr 1997	1 750 000
Mieten für 1997	175 000
Insgesamt	22 225 000

(23) Der Kaufpreis für die ersten drei Produktionslinien war immer noch nicht gezahlt. Außerdem wurden 4 000 000 DEM für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie und 6 000 000 DEM für damit verbundene Investitionen benötigt. Für Vorhaben zur Steigerung der Produktivität und eine Generalüberholung der Produktionslinien waren 4 500 000 DEM vorgesehen. Für ausstehende Verbindlichkeiten gegenüber Lieferanten aus dem

Jahre 1997 und ursprünglich im Jahr 1997 fällige Mietzahlungen wurde ein Betrag von 1 925 000 DEM benötigt.

(24) Die vorerwähnten Umstrukturierungskosten sollten wie folgt finanziert werden:

Maßnahme	Betrag (DEM)
BvS-Verzicht auf Zahlung des Kaufpreises	4 000 000
Umwandlung der Bankbürgschaft für den verbleibenden Kaufpreis in eine Grundschuld	1 800 000
BvS-Zuschüsse für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie	4 000 000
THA/BvS-Zuschüsse für Verlustausgleich	1 325 000
Investitionszulagen	475 000
TAB-Darlehen aus dem Konsolidierungsfonds	2 000 000
Eigenmittel (Cashflow)	4 175 000
Privatinvestorbeitrag	3 850 000
Verzicht des Personals auf Weihnachtsgeld	650 000
Freigabe der Bürgschaft Arbeitsplatzgarantie	250 000
Insgesamt	22 525 000

(25) Die BvS verzichtete auf die Zahlung von 4 000 000 DEM des ursprünglichen Kaufpreises. Außerdem wurde die Bankbürgschaft in Höhe von 1 800 000 DEM aus Asset-deal 1 in eine Grundschuld umgewandelt, um die Liquiditätslage von TGI zu verbessern.

(26) Die BvS genehmigte schließlich Asset-deal 2 ohne Bankbürgschaft, eine Vorbedingung, aufgrund derer der Vertrag bis Februar 1998 schwebend unwirksam gewesen war. Die Zuschüsse für die Umstrukturierung der vierten Produktionslinie in Höhe von 4 000 000 DEM konnten daher schließlich ausgezahlt werden. Außerdem erhielt TGI THA/BvS-Zuschüsse für den Ausgleich von Verlusten in Höhe von 1 325 000 DEM.

(27) Im Rahmen der Umstrukturierung wurden TGI Investitionszulagen in Höhe von 475 000 DEM gewährt.

(28) TGI erhielt von der TAB aus dem Thüringer Konsolidierungsfonds entsprechend der Vereinbarung im Rahmen des Asset-deals 2 ein Darlehen von 2 000 000 DEM.

(29) Nach dem Umstrukturierungsplan werden 4 175 000 DEM der Umstrukturierungskosten aus eigenen Mitteln von TGI in Form von Cashflow finanziert. Es wurden keine Angaben darüber gemacht, ob dieser Cashflow bereits erwirtschaftet wurde oder wann er erwirtschaftet werden sollte. Ein Privatinvestor, der noch gefunden werden musste, sollte 3 850 000 DEM zur Umstrukturierung beitragen.

(30) Außerdem verzichtete das Personal auf Weihnachtsgeld in Höhe von 650 000 DEM.

(31) Durch die Freigabe der Bürgschaft für die Arbeitsplatzgarantie wurden 250 000 DEM für die Umstrukturierung frei. Weitere Informationen über diese Bürgschaft liegen nicht vor.

- (32) Nach der vorläufigen Gewinn- und Verlustrechnung wurde 1999 mit einem positiven Betriebsergebnis für TGI gerechnet. Diese Erwartungen haben sich nicht erfüllt. Die geplante und tatsächliche Entwicklung ergibt sich aus der nachstehenden Tabelle:

	1997 (Ist)	1998 (Plan)	1998 (Ist)	1999 (Plan)	1999 (Ist)	2000 (Plan)
Umsatz	28 048 000	34 800 000	31 429 000	38 700 000	27 371 000	41 000 000
Betriebsergebnis	- 5 224 000	- 200 000	- 1 006 000	1 275 000	- 1 900 000	2 900 000

- (33) Nach den letzten von Deutschland übermittelten Informationen konnte kein neuer außenstehender Investor mit einem Beitrag von 3 850 000 DEM, wie im Umstrukturierungsplan vorgesehen, gefunden werden. Eine Anpassung des Umstrukturierungsplans liegt der Kommission nicht vor.

2.4 Marktanalyse

- (34) Bei den von TGI hergestellten Erzeugnissen handelt es sich um Spezialglas. Spezialglas machte 1997 rund 6 % der gesamten EU-Glasproduktion aus und stellt einen Sektor mit einer Vielzahl verschiedener Erzeugnisse und einer begrenzten Anzahl von Produktionsunternehmen dar. TGI ist einer der zehn Hersteller von lichttechnischem Glas in der EU.
- (35) Nach den der Kommission vorliegenden Informationen⁽²⁾ zählte der Spezialglassektor 1997 zu den Wachstumsbranchen mit einem Produktionswachstum von mehr als 5 % gegenüber dem Vorjahr. Der Markt für lichttechnisches Glas verzeichnete 1997 einen Anstieg von rund 4 %. Diese positive Entwicklung setzte sich 1998 entgegen allen Erwartungen infolge der Asienkrise nicht fort. Seit Mitte 1999 erholt sich der Markt und der Umsatz von Spezialglas in Deutschland ist um 3,4 % gestiegen. Die allgemeinen Aussichten sind positiv.

III. WÜRDIGUNG

- (36) TGI hat finanzielle Unterstützung aus öffentlichen Mitteln erhalten. Die Kommission muss zunächst prüfen, ob hier staatliche Beihilfen im Sinne des Artikels 87 Absatz 1 EG-Vertrag vorliegen.
- (37) Hat TGI finanzielle Unterstützung aus öffentlichen Mitteln erhalten, die kein Privatinvestor gewährt hätte, so hat TGI damit gegenüber seinen Wettbewerbern Vorteile erhalten, wodurch der Wettbewerb verfälscht wird. Der Handel zwischen Mitgliedstaaten wird beeinträchtigt, da auf dem relevanten Produktmarkt ein lebhafter Handel besteht. Diese Finanzmaßnahmen sind daher staatliche Beihilfen im Sinne des Artikels 87 Absatz 1 EG-Vertrag, die die Kommission auf ihre Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt hin untersuchen muss.

- (38) Jede Finanzmaßnahme aus öffentlichen Mitteln zugunsten von TGI wird daher daraufhin untersucht, ob sie eine staatliche Beihilfe ist und, wenn ja, ob diese mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar ist.

3.1 Das begünstigte Unternehmen

- (39) Für Deutschland ist TGI der Beihilfeempfänger. Außerdem handelt es sich nach Auffassung Deutschlands bei TGI um ein KMU im Sinne der Kommissionsempfehlung vom 3. April 1996 betreffend die Definition der kleinen und mittleren Unternehmen⁽³⁾ („KMU-Empfehlung“).
- (40) Nach den vorliegenden Auskünften stellt die Kommission in Frage, dass das begünstigte Unternehmen auf TGI beschränkt ist. Der Hauptgesellschafter und Geschäftsführer von TGI war außerdem alleiniger Gesellschafter und Geschäftsführer von zwei anderen Gesellschaften, PFS und LS. Zusammengenommen zählten TGI und PFS über 250 Mitarbeiter und überschritten damit die in der KMU-Empfehlung festgelegte Schwelle.
- (41) Nach der KMU-Empfehlung sind kleine und mittlere Unternehmen solche, die
- weniger als 250 Personen beschäftigen und
 - entweder
 - einen Jahresumsatz von höchstens 40 Mio. ECU oder
 - eine Jahresbilanzsumme von höchstens 27 Mio. ECU haben und
 - das Unabhängigkeitskriterium erfüllen.
- (42) Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag stützt sich für die Definition des Beihilfeempfängers auf den Begriff des Unternehmens. Wie der Europäische Gerichtshof⁽⁴⁾ bestätigt hat, muss das Unternehmen nicht notwendigerweise auf ein bestimmtes Rechtssubjekt beschränkt sein, sondern kann auch eine wirtschaftliche Gruppe von Gesellschaften umfassen, die viel stärker als ein einzelnes KMU ist.

⁽²⁾ Siehe Panorama der EU-Industrie 1997, Band 1, Kapitel 9 und Bericht des Ständigen Ausschusses der Glasindustrie in der EWG (CIPV) von 1998 sowie den Jahresbericht 1999 des Bundesverbands Glasindustrie und Mineralfaserindustrie.

⁽³⁾ ABl. L 107 vom 30.4.1996, S. 4.

⁽⁴⁾ EuGH, Rechtssache 323/87 vom 14.11.1984, Intermills/Kommission, EuGH 3808.

- (43) Nach der KMU-Empfehlung ist das Bezugsjahr, um festzustellen, ob der Beihilfeempfänger ein KMU ist, der letzte genehmigte Rechnungslegungszeitraum. Da die Beihilfe im Februar/März 1998 gewährt wurde, ist das Jahr 1997 im vorliegenden Falle der letzte genehmigte Rechnungslegungszeitraum. Der Status eines „KMU“ wird erworben oder verloren, wenn sich die KMU-bestimmenden Faktoren in zwei aufeinanderfolgenden Geschäftsjahren wiederholen oder ausbleiben.
- (44) Zusammengekommen zählten TGI und PFS 1997 300 und 1996 266 Mitarbeiter, womit sie die in der KMU-Empfehlung festgesetzte Schwelle von 250 Mitarbeitern überschritten.
- (45) Um festzustellen, ob die einzelnen KMU eine wirtschaftliche Gruppe bilden, müssen verschiedene Faktoren untersucht werden, wie die Beteiligung an den Gesellschaften, die Identität des Geschäftsführers und die wirtschaftliche Verflechtung.
- (46) Deutschland weist in seinen Auskünften auf die rechtliche und wirtschaftliche Unabhängigkeit der beiden Gesellschaften hin. Die deutsche Regierung behauptet, dass für die Geschäfte zwischen den beiden Gesellschaften die marktüblichen Bedingungen gelten und die wechselseitigen Lieferungen lediglich 5 % des TGI-Umsatzes ausmachen.
- (47) Allerdings hat Deutschland keine ausreichenden Beweise dafür erbracht, dass TGI und PFS selbständige Wirtschaftseinheiten sind. Beide Gesellschaften sind in demselben Sektor, nämlich Spezialglas, tätig. Auch wenn der größte Teil ihres Produktsortiments nicht kompatibel ist, sind beide Hersteller von Schauglas. Dies lässt die Nähe ihrer Tätigkeitsbereiche erkennen. Da sie derselben natürlichen Person gehören und von ihr geführt werden und dabei im selben Sektor tätig sind, ist nicht ohne Weiteres einzusehen, dass die wirtschaftliche Verflechtung beider Gesellschaften so gering sein sollte, zumal eine größere Verflechtung für beide Gesellschaften vorteilhaft wäre. Die deutschen Behörden machten geltend, dass die beiden Gesellschaften auf unterschiedlichen Ebenen des Produktionsprozesses angesiedelt sind. Dies schließt jedoch nach Ansicht der Kommission nicht aus, dass die eine Gesellschaft der anderen als Zulieferer dient.
- (48) Die Kommission kann nicht ausschließen, dass das relevante Unternehmen größer ist, als von den deutschen Behörden behauptet wird, und möglicherweise ebenfalls PFS umfasst. In diesem Falle wäre der Beihilfeempfänger kein KMU.

3.2 Beihilfen im Sinne des Artikels 87 Absatz 1 EG-Vertrag und Übereinstimmung mit genehmigten Beihilferegulungen

3.2.1 Beiträge der THA/BvS im Rahmen des Asset-deals 1

- (49) Es scheint, dass die Maßnahmen im Rahmen des Asset-deals 1 in den Anwendungsbereich des THA-Beihilfe-

regimes E 15/92⁽⁵⁾ fallen. Da die Schließung des Unternehmens die billigere Lösung gewesen wäre und der Staat dennoch dessen Privatisierung mithilfe staatlicher Beihilfen beschloss, sind dem Staat daraus Kosten in Höhe von 33 500 000 DEM erwachsen. Der für das Unternehmen zu zahlende Preis von 5 800 000 DEM ist demnach ein negativer Preis. Da das Unternehmen weniger als 1 000 Arbeitnehmer zählte, welches die vom THA-Beihilferegime E 15/92 festgesetzte Schwelle ist, sieht die Kommission keinen Grund, das förmliche Prüfverfahren zu eröffnen.

3.2.2 Beiträge der THA/BvS im Rahmen des Asset-deals 2

- (50) Es scheint, dass die Maßnahmen im Rahmen des Asset-deals 2 in den Anwendungsbereich des THA-Beihilferegimes N 768/94⁽⁶⁾ fallen. Da die Schließung des Unternehmens die billigere Lösung gewesen wäre und der Staat dennoch dessen Privatisierung mithilfe staatlicher Beihilfen beschloss, sind ihm daraus Kosten in Höhe von 6 500 000 DEM erwachsen. Der für das Unternehmen gezahlte Preis von 50 000 DEM ist demnach ein negativer Preis. Da das Unternehmen weniger als 250 Mitarbeitern zählte, welches die vom THA-Beihilferegime N 768/94 festgesetzte Schwelle ist, sieht die Kommission keinen Grund, das förmliche Prüfverfahren zu eröffnen.

3.2.3 Investitionskredite der KfW im Rahmen des Asset-deals 1

- (51) Die KfW gewährte drei Kredite von insgesamt 17 100 000 DEM angeblich im Rahmen von von der Kommission zu einem früheren Zeitpunkt genehmigten Beihilferegulungen. Da die Kommission über keine ausreichenden Informationen verfügte, um festzustellen, ob diese Kredite tatsächlich unter eine derartige Beihilferegulung fielen, ordnete sie die Auskunftserteilung an.
- (52) Der erste Kredit von 10 000 000 DEM wurde im Rahmen eines KfW-Mittelstandsprogramms gewährt. Der zweite Kredit von 5 100 000 DEM im Rahmen eines KfW-Mittelstands-Arbeitsplatzförderungsprogramms der EU. Nach den von Deutschland übermittelten Auskünften wurden beide Kredite zu Marktbedingungen vergeben mit einem über dem Referenzzinssatz liegenden Zinssatz. Da das Unternehmen zum Zeitpunkt dieser Maßnahmen nicht in Schwierigkeiten war, gelangt die Kommission zu dem Schluss, dass hier keine staatlichen Beihilfen vorliegen.
- (53) Der dritte Kredit in Höhe von 2 000 000 DEM wurde im Rahmen des ERP-Aufbauprogramms, einer von der Kommission zu einem früheren Zeitpunkt genehmigten Beihilferegulung⁽⁷⁾, bereitgestellt. Dieser Kredit scheint die Konditionen der Beihilferegulung, unter der er angeblich gewährt wurde, zu erfüllen und scheint folglich durch diese Regelung abgedeckt. Die Kommission sieht keinen Grund, das förmliche Prüfverfahren zu eröffnen.

⁽⁵⁾ THA-Beihilferegime E 15/92 SG(92) D/17613 vom 8.12.1992.

⁽⁶⁾ THA-Regime N 768/94 SG(95) D/1062 vom 1.2.1995.

⁽⁷⁾ N 562/c/94, SG(94) D/17293 vom 1.12.1994.

3.2.4 Investitionszuschüsse und Investitionszulagen

- (54) Im Rahmen des Asset-deals 1 erhielt TGI Investitionszuschüsse in Höhe von 9 750 000 DEM aufgrund des 23. Rahmenplans der Gemeinschaftsaufgabe zur Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur, einer von der Kommission genehmigten Regionalbeihilferegelung⁽⁸⁾. Auf Grundlage der von Deutschland übermittelten Informationen sieht die Kommission keinen Grund, das förmliche Prüfverfahren zu eröffnen.
- (55) Im Rahmen der beiden Asset-deals wurden Investitionszulagen in Höhe von 1 575 000 DEM gewährt. Außerdem erhielt TGI außerhalb der Asset-deals 1996 Investitionszulagen in Höhe von 876 000 DEM und 1997 Zulagen in Höhe von 748 000 DEM. Sämtliche Zahlungen erfolgten aufgrund des Investitionszulagengesetzes, einer von der Kommission genehmigten Regionalbeihilferegelung⁽⁹⁾. Auf Grundlage der von Deutschland übermittelten Informationen sieht die Kommission keinen Grund, das förmliche Prüfverfahren zu eröffnen.

3.2.5 Umwandlung von Sicherheiten für 1 800 000 DEM des Kaufpreises und Zahlungsaufschub

- (56) Nach den vorliegenden Informationen erklärte sich die BvS im Rahmen der konzertierten Aktion damit einverstanden, die Bankbürgschaft von 1 800 000 DEM im Rahmen des Asset-deals 1 in eine nachrangige Grundschild umzuwandeln. Die Bankbürgschaft war durch Rückbürgschaften und Festgeldanlagen gesichert worden. Die Grundschild rangiert hinter den Forderungen der Bank. Diese Sicherheit in Form einer Grundschild hat einen geringeren Wert als die Bankbürgschaft.
- (57) Außerdem wurde die Zahlung des restlichen Kaufpreises von 1 800 000 DEM zurückgestellt. Ursprünglich hätte dieser Betrag am 31. Dezember 1999 gezahlt werden müssen. Nach Informationen Deutschlands ist die Zahlung nun ab 2003 vorgesehen.
- (58) Durch die Umwandlung der Sicherheiten und den Zahlungsaufschub erhält TGI Vorteile, die ein privater Gläubiger einem Unternehmen in Schwierigkeiten wahrscheinlich nicht zugestanden hätte. Deswegen handelt es sich bei diesen Maßnahmen nach Ansicht der Kommission um staatliche Beihilfen, deren Vereinbarkeit mit dem Gemeinsamen Markt äußerst zweifelhaft ist.

⁽⁸⁾ 23. Rahmenplan der Gemeinschaftsaufgabe zur Verbesserung der regionalen Wirtschaftsstruktur. Maßnahmen im Rahmen dieser Regelung gelten als regionale Investitionsbeihilfen nach Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag und sind von der Kommission aufgrund der Ausnahme des Artikels 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag genehmigt worden. (N 157/94, SG(94) D/11038 vom 1.8.1994).

⁽⁹⁾ Investitionszulagengesetz (N 494/A/95, SG(95), D/17154 vom 27.12.1995). Maßnahmen aufgrund dieses Gesetzes gelten als regionale Investitionsbeihilfen nach Artikel 87 Absatz 1 EG-Vertrag und sind von der Kommission aufgrund der Ausnahme des Artikels 87 Absatz 3 Buchstabe a) EG-Vertrag genehmigt worden.

3.2.6 Verzicht auf Zahlung von 4 000 000 DEM des Kaufpreises (Februar 1998)

- (59) Der Verzicht auf 4 000 000 DEM des Kaufpreises ist Gegenstand des Prüfverfahrens C 19/2000⁽¹⁰⁾.
- (60) Deutschland behauptet, dass dieser Verzicht keine staatliche Beihilfe im Sinne des Artikels 87 Absatz 1 ist, sondern dem Verhalten eines privaten Gläubigers entspricht und aus wirtschaftlicher Sicht für die BvS günstiger war, als auf die Zahlung des vollen Kaufpreises zu bestehen. Da dieses Vorbringen nicht hinreichend belegt wurde, betrachtet die Kommission die Maßnahme als staatliche Beihilfe.
- (61) Bei der Eröffnung des Prüfverfahrens bezweifelte die Kommission, dass die Maßnahme mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar ist. Diese Zweifel wurden nicht widerlegt. Daher ist am 13. Juni 2001 eine negative Entscheidung getroffen worden, in der der Kaufpreisverzicht für mit dem Gemeinsamen Markt unvereinbar erklärt wird.
- (62) Der Zahlungsverzicht wird nicht im Rahmen des vorliegenden Verfahrens, sondern im Rahmen des Verfahrens C 19/2000 gewürdigt. Er wird jedoch bei der Beurteilung des Umstrukturierungsplans und der Wiederherstellung der Rentabilität berücksichtigt werden.

3.2.7 Darlehen der TAB aus dem Thüringer Konsolidierungsfonds in Höhe von 2 000 000 DEM (Februar 1998)

- (63) Nach Angaben Deutschlands wurde dieses Darlehen aus dem Thüringer Konsolidierungsfonds für Unternehmen in Schwierigkeiten, einer von der Kommission genehmigten Beihilferegelung⁽¹¹⁾, gewährt. Die Kommission hatte ernsthafte Zweifel, dass das Darlehen durch die Regelung abgedeckt ist und erteilte eine Anordnung zur Auskunftserteilung.
- (64) Den übermittelten Auskünften zufolge und wie oben dargelegt, kann die Kommission nicht ausschließen, dass der Beihilfeempfänger kein KMU ist. Im Falle eines großen Unternehmens wäre eine Einzelanmeldung notwendig. Da die Kommission trotz der Anordnung zur Auskunftserteilung nicht zu dem Schluss gelangen kann, dass das Unternehmen ein KMU ist, kann sie nicht zu der Feststellung gelangen, dass die Beihilfe durch die Beihilferegelung abgedeckt ist.
- (65) Im Übrigen entsprechen die Konditionen der Beihilferegelung den in den Rettungs- und Umstrukturierungsleitlinien⁽¹²⁾ festgelegten Konditionen. Wie nachstehend dargelegt, bezweifelt die Kommission ernsthaft, dass diese Kriterien erfüllt sind. Demnach muss das Darlehen als neue Beihilfe angesehen werden.

⁽¹⁰⁾ ABl. C 217 vom 29.7.2000, S. 10.

⁽¹¹⁾ NN 74/95, SG(96) D/1946 vom 6. Februar 1996.

⁽¹²⁾ Leitlinien der Gemeinschaft für staatliche Beihilfen zur Rettung und Umstrukturierung von Unternehmen in Schwierigkeiten (ABl. C 368 vom 23.12.1994, S. 12).

3.3 Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) EG-Vertrag

- (66) Die neue Beihilfe, d. h. die Umwandlung der Sicherheiten und der Zahlungsaufschub sowie das TAB-Darlehen, muss von der Kommission als Ad-hoc-Beihilfe gewürdigt werden. Artikel 87 Absätze 2 und 3 EG-Vertrag sehen Ausnahmen von der grundsätzlichen Unvereinbarkeit staatlicher Beihilfen gemäß Artikel 87 Absatz 1 vor.
- (67) Die Ausnahmen des Artikels 87 Absatz 2 EG-Vertrag gelten nicht im vorliegenden Fall, da die Beihilfen weder sozialer Art sind und an einzelne Verbraucher gewährt wurden noch Beihilfen zur Beseitigung von Schäden, die durch Naturkatastrophen oder sonstige außergewöhnliche Ereignisse entstanden sind, und auch keine Beihilfen für die Wirtschaft bestimmter, durch die Teilung Deutschlands betroffener Gebiete der Bundesrepublik Deutschland sind.
- (68) Artikel 87 Absatz 3 Buchstaben a) und c) EG-Vertrag sehen weitere Ausnahmen vor. Da Hauptziel der Beihilfen nicht die Regionalentwicklung, sondern die Wiederherstellung der langfristigen Rentabilität eines Unternehmens in Schwierigkeiten ist, sind nur die Ausnahmen des Artikels 87 Absatz 3 Buchstabe c) EG-Vertrag anwendbar. Demnach können Beihilfen zur Förderung der Entwicklung gewisser Wirtschaftszweige oder Wirtschaftsgebiete, soweit sie die Handelsbedingungen nicht in einer Weise verändern, die dem gemeinsamen Interesse zuwiderläuft, mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar sein. Die Kommission würdigt staatliche Rettungs- und Umstrukturierungsbeihilfen anhand der von ihr herausgegebenen einschlägigen Leitlinien. Die erste Prüfung hat ergeben, dass keiner der anderen Gemeinschaftsrahmen, z. B. für Forschungs- und Entwicklungsbeihilfen, für Umweltschutzbeihilfen, für Beihilfen an kleine und mittlere Unternehmen, für Beschäftigungs- und Ausbildungsbeihilfen, im vorliegenden Falle greift.
- (69) Da den Informationen zufolge die Beihilfen vor dem 30. April 2000 gewährt wurden, gelten die Leitlinien vom 23. Dezember 1994 ⁽¹³⁾.

Wiederherstellung der Rentabilität

- (70) Die Gewährung von Umstrukturierungsbeihilfen setzt voraus, dass ein tragfähiger, kohärenter und umfassender Umstrukturierungsplan vorliegt, der die langfristige Rentabilität des Unternehmens innerhalb eines angemessenen Zeitraums auf der Grundlage realistischer Annahmen wiederherstellt.
- (71) Deutschland übermittelte einen Umstrukturierungsplan für den Zeitraum 1998 bis 2000 einschließlich einer Prognose der Umsätze und Betriebsergebnisse der TGI für die Jahre 1998 bis 2000. Die Rentabilität von TGI sollte 1999 wiederhergestellt sein.
- (72) Der Umstrukturierungsplan beruht auf der Annahme, dass ein neuer Investor 3 850 000 DEM beitragen würde. Hier-

⁽¹³⁾ In Ziffer 7.5 der Leitlinien von 1999 heißt es: „Alle Rettungs- und Umstrukturierungsbeihilfen, die ohne Genehmigung der Kommission (...) gewährt werden, wird die Kommission (...) auf Grundlage der Leitlinien, die zum Zeitpunkt der Beihilfegewährung galten“, prüfen (ABl. C 288 vom 9.10.1999).

mit würde ein wesentlicher Teil der im Umstrukturierungsplan vorgesehenen Investitionskosten gedeckt.

- (73) Den letzten Informationen, die Deutschland übermittelt hat, ist allerdings zu entnehmen, dass kein neuer Privatinvestor gefunden werden konnte. Die Finanzierung der Umstrukturierungsmaßnahmen ist demnach nicht gewährleistet. Im Übrigen liegt der Kommission kein neuer Umstrukturierungsplan vor, der diesem Umstand Rechnung trägt.
- (74) Darüber hinaus hat die Kommission hinsichtlich des Zahlungsverzichts auf 4 000 000 DEM des Kaufpreises eine negative Entscheidung erlassen. Die Wiederherstellung der Rentabilität muss daher um so mehr bezweifelt werden.
- (75) Folglich stellt die Kommission fest, dass der Umstrukturierungsplan nicht zu Wiederherstellung der Rentabilität von TGI geführt hat.

Vermeidung unzumutbarer Wettbewerbsverfälschungen

- (76) Bei Umstrukturierungsbeihilfen müssen Maßnahmen vorgesehen werden, um nachteilige Auswirkungen auf Wettbewerber nach Möglichkeit auszugleichen; anderenfalls würden die Beihilfen dem gemeinsamen Interesse zuwiderlaufen und könnten nicht gemäß Artikel 87 Absatz 3 Buchstabe c) EG-Vertrag freigestellt werden.
- (77) Falls daher eine objektive Beurteilung der Nachfrage- und Angebotsbedingungen zeigt, dass strukturelle Überkapazitäten auf dem relevanten EU-Markt bestehen, auf dem der Beihilfeempfänger tätig ist, so muss der Umstrukturierungsplan einen im Verhältnis zur Beihilfe stehenden Beitrag zur Umstrukturierung des betreffenden Wirtschaftszweigs durch eine endgültige Reduzierung oder Stilllegung von Kapazitäten leisten.
- (78) Deutschland erklärt, dass TGI seine Produktionskapazitäten in Zukunft weder herab- noch heraufsetzen wird.

- (79) Nach den der Kommission vorliegenden Informationen bestehen am Gesamtmarkt keine Überkapazitäten. Nach Auffassung eines Wettbewerbers von TGI könnten allerdings auf einigen Produktmärkten, auf denen TGI tätig ist, strukturelle Überkapazitäten bestehen, und zwar auf den Märkten für Hauswirtschaftsglas, Schauglas und Röhren. Die Kommission fordert Dritte auf, detaillierte Auskünfte über den Markt vorzulegen, auf dem TGI tätig ist.

Verhältnis zu den Kosten und zum Nutzen der Umstrukturierung

- (80) Umfang und Intensität der Beihilfe müssen sich auf das für die Umstrukturierung notwendige Mindestmaß beschränken und in einem Verhältnis zu dem aus Gemeinschaftsrecht erwarteten Nutzen stehen. Deshalb wird von dem Investor ein erheblicher Beitrag zum Umstrukturierungsplan aus eigenen Mitteln verlangt. Außerdem muss die Beihilfe in einer solchen Form gewährt werden, dass dem Unternehmen keine überschüssige Liquidität zufließt, die es zu einem aggressiven und marktverzerrenden Verhalten in Geschäftsbereichen verwenden könnte, die von dem Umstrukturierungsprozess nicht betroffen sind.

- (81) Die Beihilfen zugunsten von TGI im Rahmen der Asset-deals und der Umstrukturierung belaufen sich auf insgesamt über 55 000 000 DEM.
- (82) Deutschland betrachtet den Verzicht der Belegschaft auf Weihnachtsgeld im Jahre 1997 als einen Beitrag des Investors. Auch wenn dies als ein erheblicher Beitrag des Personals zur Umstrukturierung von TGI angesehen werden kann, kann der Verzicht nicht als Investorbeitrag gelten, da hiermit für den Investor kein Risiko verbunden ist.
- (83) Außerdem betrachtet Deutschland die Kürzung der Vergütung des Geschäftsführers (der Hauptgesellschafter von TGI ist), als einen Investorbeitrag. Diese Maßnahme wurde allerdings nicht in den Umstrukturierungsplan einbezogen.
- (84) Des Weiteren betrachtet Deutschland einen Cashflow von 4 175 000 DEM als Beitrag des Investors. Die Kommission kann diese Innenfinanzierung nicht als Teil des Investorsbeitrags akzeptieren, da sie weitgehend direkt oder indirekt durch Beihilfemaßnahmen ermöglicht wurde. Obwohl sich der Bedarf an Finanzmitteln für die Umstrukturierung von TGI aufgrund des Cashflows vermindern könnte, kann die Kommission dieses Element jedoch nicht als Teil des Investorbeitrags gelten lassen. Im Übrigen hat Deutschland nicht mitgeteilt, wann dieser Cashflow erwirtschaftet wurde oder ob er noch erwirtschaftet werden muss.
- (85) Die Kommission erhielt eine Beschwerde, wonach TGI systematisch seine Erzeugnisse unter dem Marktpreis und sogar unter den Gestehungskosten verkaufe. TGI erhielt kontinuierlich Verlustausgleiche. Da kein tragfähiger Umstrukturierungsplan unterbreitet worden ist, kann die Kommission nicht ausschließen, dass die dem Beihilfeempfänger zugeflossenen Mittel zu einem marktverzerrenden Verhalten verwendet wurden, das nicht mit dem Umstrukturierungsprozess im Zusammenhang stehen.
- (86) Die Kommission gelangt daher zu dem Schluss, dass kein Beitrag eines Privatinvestors im Sinne der Rettungs- und Umstrukturierungsleitlinien vorliegt. Das Kriterium der Verhältnismäßigkeit der Beihilfe wird demnach nicht erfüllt.

Vollständige Durchführung des Umstrukturierungsplans

- (87) Das Unternehmen muss den Umstrukturierungsplan vollständig durchführen. Der einzige Umstrukturierungsplan, der der Kommission vorliegt, enthält eine Finanzierungslücke, da kein neuer Investor in Erscheinung getreten ist. Da dieser Investorbeitrag aber für die Durchführung des Umstrukturierungsplans, insbesondere für die Durchführung der unbedingt notwendigen Investitionen, wesentlich ist, muss bezweifelt werden, dass der Plan durchgeführt wird.

IV. SCHLUSS

(88) Aus den oben dargelegten Gründen bezweifelt die Kommission in diesem Stadium, dass das Darlehen von 2 000 000 DEM der Thüringer Aufbaubank zugunsten der Technischen Glaswerke Ilmenau von der von der Kommission genehmigten Beihilferegulation abgedeckt ist, und sie schließt nicht aus, dass das Darlehen möglicherweise als neue Beihilfe angesehen werden muss. Die Kommission bezweifelt auch die Vereinbarkeit der Maßnahme mit dem Gemeinsamen Markt.

(89) Außerdem stellt die Kommission fest, dass auch die nachstehende Maßnahme möglicherweise nicht mit dem Gemeinsamen Markt vereinbar ist:

— Umwandlung der Sicherheiten für 1 800 000 DEM des Kaufpreises und Zahlungsaufschub.

V. ENTSCHEIDUNG

(90) Deswegen hat die Kommission beschlossen, in Übereinstimmung mit Artikel 6 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates das Verfahren nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag zu eröffnen.

Aus diesen Gründen fordert die Kommission Deutschland im Rahmen des Verfahrens nach Artikel 88 Absatz 2 EG-Vertrag auf, innerhalb eines Monats nach Eingang dieses Schreibens seine Stellungnahme abzugeben und alle für die Beurteilung der Beihilfe/Maßnahme sachdienlichen Informationen zu übermitteln. Sie bittet die deutschen Behörden, dem etwaigen Beihilfeempfänger unmittelbar eine Kopie dieses Schreibens zuzuleiten.

Die Kommission erinnert Deutschland an die Sperrwirkung des Artikels 88 Absatz 3 EG-Vertrag und verweist auf Artikel 14 der Verordnung (EG) Nr. 659/1999 des Rates, wonach alle rechtswidrigen Beihilfen vom Empfänger zurückgefordert werden können.

Die Kommission teilt Deutschland mit, dass sie die Beteiligten durch die Veröffentlichung des vorliegenden Schreibens und einer aussagekräftigen Zusammenfassung des Schreibens im *Amtsblatt der Europäischen Gemeinschaften* von der Beihilfe in Kenntnis setzen wird. Außerdem wird sie die Beteiligten in den EFTA-Staaten, die das EWR-Abkommen unterzeichnet haben, durch die Veröffentlichung einer Bekanntmachung in der EWR-Beilage zum *Amtsblatt* und die EFTA-Überwachungsbehörde durch Übermittlung einer Kopie dieses Schreibens von dem Vorgang in Kenntnis setzen. Alle vorerwähnten Beteiligten werden aufgefordert, innerhalb eines Monats nach dem Datum dieser Veröffentlichung ihre Stellungnahme abzugeben.»

Notificação prévia de uma operação de concentração**(Processo COMP/M.2608 — INA/FAG)**

(2001/C 272/03)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 18 de Setembro de 2001, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual a empresa alemã INA GmbH («INA») adquire, na acepção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo exclusivo da empresa alemã FAG Kugelfischer Georg Schäfer AG («FAG»), mediante aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— Grupo INA: produção de sistemas e componentes para as indústrias automóvel e de máquinas-ferramentas, como rolamentos de esferas,

— FAG: fabrico e venda de rolamentos.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.2608 — INA/FAG, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Rue Joseph II/Jozef II-straat 70
B-1000 Bruxelas
[fax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

Notificação prévia de uma operação de concentração**(Processo COMP/M.2562 — Bertelsmann/France Loisirs)****Processo susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento simplificado**

(2001/C 272/04)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

1. A Comissão recebeu, em 17 de Setembro de 2001, uma notificação de um projecto de concentração, nos termos do artigo 4.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1310/97 ⁽²⁾, através da qual a empresa Bertelsmann AG adquire, na acepção do n.º 1, alínea b), do artigo 3.º do referido regulamento, o controlo exclusivo do grupo France Loisirs, constituído pelas empresas Europe France Loisirs SA, Société pour la promotion de la culture et des loisirs SAS e Quebec Loisirs Inc, mediante aquisição de acções.

2. As actividades das empresas envolvidas são:

— Bertelsmann AG: publicação e distribuição de livros, revistas, música e suportes de armazenamento de sons, exploração de clubes de livros e de canais de TV privados, oferta de serviços de comércio electrónico e publicidade em linha.

— Grupo France Loisirs: exploração de clubes de livros e distribuição de livros.

3. Após uma análise preliminar, a Comissão considera que a operação de concentração notificada pode encontrar-se abrangida pelo âmbito de aplicação do Regulamento (CEE) n.º 4064/89. Contudo, a Comissão reserva-se a faculdade de tomar uma decisão final sobre este ponto. De acordo com a Comunicação da Comissão relativa a um procedimento simplificado de tratamento de certas operações de concentração nos termos do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 ⁽³⁾, o referido processo é susceptível de beneficiar da aplicação do procedimento previsto na Comunicação.

4. A Comissão solicita aos terceiros interessados que lhe apresentem as observações que entenderem sobre o projecto de concentração em causa.

As observações devem ser recebidas pela Comissão, o mais tardar, 10 dias após a data da publicação da presente comunicação. Podem ser enviadas por fax ou pelo correio, e devem mencionar o número de processo COMP/M.2562 — Bertelsmann/France Loisirs, para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Direcção-Geral da Concorrência
Direcção B — *Task Force* Concentrações
Rue Joseph II/Jozef II-straat 70
B-1000 Bruxélas
[fax (32-2) 296 43 01/296 72 44].

⁽¹⁾ JO L 395 de 30.12.1989, p. 1, e
JO L 257 de 21.9.1990, p. 13 (rectificação).

⁽²⁾ JO L 180 de 9.7.1997, p. 1, e
JO L 40 de 13.2.1998, p. 17 (rectificação).

⁽³⁾ JO C 217 de 29.7.2000, p. 32.

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.2560 — APAX/MPM)**

(2001/C 272/05)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 14 de Setembro de 2001, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em alemão e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CDE» da base de dados CELEX, com o número de documento 301M2560. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.2422 — Hapag-Lloyd/Hamburger Hafen- und Lagerhaus/HHLA-CT)**

(2001/C 272/06)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 28 de Agosto de 2001, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em alemão e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CDE» da base de dados CELEX, com o número de documento 301M2422. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.2539 — EQT Northern Europe/Duni)**

(2001/C 272/07)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 27 de Agosto de 2001, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados CELEX, com o número de documento 301M2539. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.2401 — Industri Kapital/Telia Enterprise)**

(2001/C 272/08)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 29 de Maio de 2001, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 1, alínea b), do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados CELEX, com o número de documento 301M2401. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.

Não oposição a uma operação de concentração notificada**(Processo COMP/M.2300 — YLE/TDF/Digita/JV)**

(2001/C 272/09)

(Texto relevante para efeitos do EEE)

Em 26 de Junho de 2001, a Comissão decidiu não se opor à concentração notificada acima referida e declará-la compatível com o mercado comum. Esta decisão é tomada com base no n.º 2, do artigo 6.º do Regulamento (CEE) n.º 4064/89 do Conselho. O texto completo da decisão está disponível apenas em inglês e será tornado público depois de liberto do sigilo comercial. Estará disponível:

- em versão papel através dos serviços de vendas do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (ver lista na contracapa),
- em formato electrónico na versão «CEN» da base de dados CELEX, com o número de documento 301M2300. CELEX é o sistema de documentação automatizado de legislação da Comunidade Europeia.

Para mais informações sobre as assinaturas é favor contactar:

EUR-OP
Information, Marketing and Public Relations
2, rue Mercier
L-2985 Luxembourg
Tel.: (352) 29 29-427 18; fax: (352) 29 29-427 09.
